

Gênero e feminismo no discurso de professoras universitárias

Gender and feminism in university teacher speech

Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa
Aline Matos Rodrigues
Universidade Federal do Pará – UFPA
Belém-Pará-Brasil

Resumo

Este artigo analisa o posicionamento sobre Gênero e Feminismo a partir de enunciados obtidos em questionários aplicados a professoras de uma Universidade no interior do Nordeste Paraense. O objeto de estudo são os discursos sobre as relações de poder nos espaços acadêmico-profissionais, entre eles, instituições de ensino superior. A abordagem teórico-metodológica utilizada tem como base os estudos na perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC) proposta por Van Dijk (2008), em interface com a Teoria da Enunciação e a Linguística Textual. A análise nos mostrou como as relações de dominação de gênero são construídas, para determinadas informantes, no espaço universitário, permeando os discursos construídos historicamente naquele espaço a partir de estratégias de silenciamento.

Palavras-chave: Discurso. Gênero. Universidade.

Abstract

This article aims to analyze the position on Gender and Feminism from statements, obtained in a semi-structured interview, from teachers of a University in the interior of Northeast of Pará. The object of study is the discourses about the power relations in the academic-professional spaces, among them, higher education institutions. The theoretical-methodological approach used is based on studies from the perspective of the Critical Discourse Analysis (CDA) proposed by Van Dijk (2008) and its interfaces. The analysis showed us how gender domination relations are constructed, for certain interviewees, inside the university space, permeating the discourses historically constructed in that space through silencing strategies.

Keywords: Discourse. Genre. University

1. Introdução

Os estudos sobre mulheres, gênero e feminismo têm suscitado inúmeras discussões nas últimas décadas. Com efeito, analisar as relações de gênero, as condições de mulheres e o feminismo, implica compreender as relações de poder como produto social e cultural. Scott (1995) afirma que o significado de uma palavra está ligado a uma história, sendo inútil tentar decodificá-lo enquanto imanência contida no significante. Nesse sentido, a historiadora sobre gênero ressalta que “(...) as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 72).

Ainda conforme Scott (1995), o uso mais recente do termo “gênero” parece ter ocorrido primeiro entre as feministas americanas, que “queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). No entanto, a noção de gênero, para a autora, ainda é, em diversas esferas sociais e discursivas, profundamente calcada em paradigmas estabelecidos pela gramática, a partir do sexo no seu sentido biológico, como exemplo, a influência nas instruções para a formação da identidade do homem ou da mulher, pois implica “nas regras formais que decorrem da designação do masculino e feminino” (SCOTT, 1995, p. 72). Logicamente, nesta pesquisa, a questão de gênero discutida não está ligada à identidade biológica, mas sim à construção sociocultural de homens e mulheres.

Tendo como fundamentação teórica a Análise de Discurso Crítica, doravante ADC, desenvolvida por Norman Fairclough, e sob os postulados de Teun A. Van Dijk, esta pesquisa busca estudar a heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz, presente nos enunciados de mulheres professoras universitárias. Para tanto, levantamos a hipótese de que o tema feminismo ainda é pouco discutido dentro da universidade e de que ainda há silenciamento de mulheres mesmo dentro de instituições de ensino superior, pois, mesmo considerando que a universidade é lugar de construção de conhecimento, não há em todos os cursos discussões sobre temas que envolvem feminismo.

Tomando como base que todo discurso tem uma base ideológica, o presente trabalho foi norteado pelas seguintes questões: mulheres professoras da universidade compreendem os estudos de gêneros na sua aplicação na universidade? Qual a base ideológica do posicionamento discursivo dessas professoras? Quando essa aparente independência do outro é desconstruída no próprio discurso? Há manifestação de

determinados preconceitos por mulheres ocuparem cargos historicamente construídos como lugares masculinos?

Assim, o objetivo geral consiste em analisar, nesses discursos, possíveis marcas de outros discursos implícitos e explícitos sobre questões relacionadas ao gênero e ao feminismo. Em seguida, o objetivo específico versa sobre identificar a base ideológica que constitui o discurso e classificá-la como patriarcal, machista ou de crítica social. Para isso, a coleta de dados se deu por meio de questionários respondidos por docentes do sexo feminino, em uma universidade pública federal. Cabe destacar que os questionários foram respondidos por adesão e os dados apresentados compreendem a totalidade de questionários recebidos pelas pesquisadoras.

Embasados na perspectiva da heterogeneidade discursiva constitutiva, analisamos as respostas dadas às perguntas dos questionários, propondo-nos a identificar marcas linguísticas presentes nos textos que remetam a formas discursivas, derivadas de uma ideologia patriarcal-machista ou de crítica social.

Na tessitura do texto, o percurso compreendido foi partir de uma exposição breve de contextualização sobre o feminismo e a condição da mulher por meio dos estudos de Telles (1993). Em seguida, fazer a explanação da noção de discurso sob os postulados de Van Dijk (2008). E, em um terceiro momento, apresentamos um esboço da heterogeneidade discursiva, discutida por Authier-Revuz (2004), para conceituar as modalidades de heterogeneidade a) mostrada e b) constitutiva, para então apresentar a análise das respostas obtidas nos questionários.

2. Gênero e Discurso

Nesta seção, explicitamos os embasamentos teóricos deste estudo. A respeito do conceito de heterogeneidades discursivas, baseamo-nos nos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz (2004) para conceituação e constituição do *corpus* de análise. Para fazer um breve esboço sobre gênero, elegemos Scott (1990) e, sobre feminismo, elegemos Teles (1993). E, para compreendermos a noção de discurso, fizemos um delineamento desse conceito sob a perspectiva da ADC proposta por Van Dijk (2008).

2.1. Feminismo e a condição da mulher no trabalho

Desde os tempos mais remotos, papéis sociais são atribuídos a mulheres pelo sexo, de forma que metade da humanidade foi silenciada pela representação dominante. Teles

(1993) afirma que essa representação dominante se estabelece social e culturalmente por meio de uma ideologia patriarcal e machista, que tem negado à mulher o seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica. “A mulher não é apenas a metade da população e mãe de toda humanidade. É um ser social criativo e inovador” (TELES, 1993, p. 9-10).

Ao abordarmos questões que envolvem gênero e a condição da mulher nesta pesquisa, é prudente remontar a fatos históricos que procuraram conter o avanço das mulheres no que diz respeito às conquistas, inclusive, de direito à educação. Ao citar Aranha (1989), Lima nos informa que:

(...) na França revolucionária, a guilhotina foi usada para silenciar mulheres que reivindicaram o acesso à educação. Do século XVIII ao século XXI, muitas conquistas se deram. A educação pública se generalizou como direito social, da educação infantil à educação superior. As políticas de reconhecimento levaram à inclusão social, apontando como função do Estado garantir condições igualitárias àqueles que, historicamente, foram segregados e excluídos (LIMA, 2017, p. 166).

Fatos como esse denotam o nível de violência empregado para impedir o acesso de mulheres aos espaços historicamente construídos como lugares sociais masculinos. Na medida em que a mulher se reconhece como igual e com os mesmos direitos que os homens, o feminismo ganha contornos mais precisos como movimento emancipatório e revolucionário em busca de igualdade de tratamento e de acesso a direitos negados. A fim de delimitar um breve histórico acerca do feminismo, Teles (1993) afirma:

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas (TELES, 1993, p. 10).

A autora define o conceito de feminismo em seu significado mais amplo, como um movimento político. Nesse sentido, esse movimento tem como ponto de partida se contrapor ao patriarcalismo e propor “uma transformação, social, econômica, política e ideológica na sociedade” (TELES, 1993, p. 10). Desse modo, para a referida autora, o movimento fundado pelo feminismo questiona as relações de poder que causam o silenciamento, bem como o apagamento das mulheres na história e a subjugação de que são vítimas.

Contextualizando para a perspectiva da universidade, esta é uma instituição social que possui o papel de estabelecer igualdade a favor das “*minorias*” – ao utilizarmos o termo “*minoria*” nesta pesquisa nos deteremos à mulher para estabelecer o reconhecimento das injustiças históricas e oportunizar o acesso igualitário dentre as várias esferas sociais, que “socialmente e economicamente não tiveram acesso; que resgate as memórias históricas, produzindo seus saberes, valores, culturas” (LIMA, 2017, p. 165-166).

No entanto, a condição da mulher, nesse sentido, ainda continua subalternizada. As relações de poder são desiguais e afetadas por condicionamentos históricos e sociais. Estas ideias se materializam nos discursos e fazem emergir o poder social, controle de um grupo sobre outros grupos (VAN DIJK, 2008, p. 17).

Embora tendo, atualmente, mais inserção no ambiente de trabalho, a mulher ainda ocupa, no imaginário, uma posição ligada à vida privada no ambiente social, o que dificulta a tomada de poder e seu engajamento em papéis hegemônicos em um modelo sociocultural mais heterogêneo. A dominação masculina se apresenta como um não dito, cuja eficácia se deve justamente a “processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural” (BOURDIEU, 2012, p. 8), contribuindo para que determinadas ideologias se mantenham preponderantes por meio da lógica da invisibilização das desigualdades de gênero.

Contudo, é notória a inserção da mulher em uma condição mais ampla de acesso à educação, ao trabalho, à cultura, embora ainda haja invisibilidade (NOGUEIRA, 2006, p. 57). Muitas mulheres, a partir de um percurso de luta, já assumem posições de poder, como líderes em organizações institucionais, professoras universitárias, escritoras, engenheiras, artistas, dentre outras esferas sociais.

Com base nesses pressupostos, torna-se indispensável investigar as relações de gênero dentro da universidade, uma vez que as instituições de ensino superior são um lugar privilegiado de fala, responsável pela constituição de um pensamento social e de uma cultura de poder. A construção do conhecimento científico colabora com a organização de uma sociedade mais inclusiva e capaz de reverter estruturas de poder desiguais e, por isso, não pode ser passível de condicionamentos históricos desregulados e da produção de controle através de discursos “patriarcalistas” e “misóginos” que ainda silenciam a mulher e

não lhe dão o papel de protagonismo social que tanto lhe foi denegado pelo abuso de poder masculino.

2.2. O discurso sob a perspectiva dos Estudos Críticos de Discurso (ECD)

A análise crítica do discurso proposta por Van Dijk é caracterizada pela interdisciplinaridade e “concentra-se principalmente nos problemas sociais” (VAN DIJK, 2008, p. 114).

Não é surpresa que haja um vasto número de livros e artigos dedicado à análise desse conceito central em muitas disciplinas. É imperativo, portanto, que focalizemos naquelas dimensões de poder que são diretamente relevantes ao estudo do uso linguístico, do discurso e da comunicação (VAN DIJK, 2008, p. 9).

O enfoque dos Estudos Críticos do Discurso, como também é chamada a ADC, está na análise das relações de poder que “mais especificamente se concentram no *abuso* de poder, isto é, nas formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiças sociais” (VAN DIJK, 2008, p. 10).

Entendemos que o abuso de poder “[...] significa a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra os interesses dos outros. Os abusos de poder significam a violação dos direitos civis das pessoas” (VAN DIJK, 2008, p. 29). Compreende-se, dessa maneira, que essa dominação é o controle exercido sobre o outro e que, segundo o autor, denomina-se abuso de poder ou uso *ilegítimo* de poder quando a ação do dominante é beneficente a si, em detrimento do dominado.

Assim, o autor define o objeto de estudo dos ECD como “a reprodução discursiva de abuso de poder e desigualdade social” – que também se expressa na noção de problemática. De onde, para uma análise teórica precisa, é necessária uma investigação detalhada, uma vez que os ECD têm como perspectiva investigar o discurso (VAN DIJK, 2008, p. 9). Dessa forma:

[...] interessa-nos investigar, por exemplo, de que modo uma entonação específica, um pronome, uma manchete jornalística, um tópico, um item lexical, uma metáfora, uma cor ou um ângulo de câmera, entre uma gama de outras propriedades semióticas do discurso, se relacionam a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade.” (VAN DIJK, 2008, p. 9).

Diante das diversas formas de constituição de uma análise de discurso, o autor infere que “uma investigação pode se concentrar na semântica da narrativa, na retórica do discurso político, na pragmática da conversação ou na semiótica do estilo” (VAN DIJK, 2008,

2008, p. 11). E, assim, por meio de uma análise detalhada, torna-se possível o desnudamento de como o “controle” sobre outro(s) é exercido e representado em contextos sociais.

O discurso, segundo a perspectiva de Fairclough (1992 apud MAGALHÃES, 2001, p. 15), “é mais que apenas uso da linguagem: é uso da linguagem, seja ela falada ou escrita, vista como um tipo de prática social”. Em consonância, para Van Dijk, há uma compreensão de que o discurso deve ser examinado como prática social, o que implica, no ato de investigação, realizar o mapeamento do contexto como um todo, captando aspectos como a situação comunicacional (social, cultural, histórica etc.); descrição do ambiente; papéis sociais dos indivíduos; situação temporal ou espacial; e quaisquer atividades que resultem em consequências na escrita e na fala.

Por conseguinte, conforme o autor, faz-se necessário investigar o contexto do discurso, uma vez que este controla mentes, mas também ações. Em razão disso, para a análise dos eventos comunicativos “[...] precisamos examinar em detalhe as maneiras como o acesso ao discurso está sendo regulado por aqueles que estão no poder, como é tipicamente o caso de umas das formas mais influentes do discurso público [...]” (VAN DIJK, 2008, p. 19).

Para o autor, a análise social está intrinsecamente ligada à análise do discurso, e esta relação demanda uma análise cognitiva, pois estas três dimensões são interligadas e dependentes umas das outras para desmistificação do discurso. As estruturas sociais são compreendidas como tendência geral na análise crítica por sua ligação com a dimensão sociedade, na escrita e na fala.

Desse modo, na medida em que essas estruturas são estudadas, interpretadas, observadas, estas mantêm relação com a interação e a comunicação. Logo, essas individualidades como ideologias, representações, modelos mentais de eventos específicos, ideias, crenças etc., medeiam e influenciam o discurso, bem como as diferentes práticas sociais dos indivíduos. Conclui-se que “[...] nos ECD precisamos estudar problemas sociais em termos do triângulo discurso-cognição-sociedade. Nenhuma de suas três dimensões pode ser realmente entendida sem as outras” (VAN DIJK, 2008, p. 26).

2.3. A heterogeneidade discursiva

Teixeira apoia-se em J. Authier-Revuz quando comenta que “a língua é reconhecida como ordem própria, atravessada por pontos de *não-um*, localizáveis no próprio *fio do*

discurso, a partir dos quais se pode “escutar” essa realidade incontornável que constitui o sujeito e o sentido” (2005, p. 21). Para Teixeira (2005, p. 21), sob os pressupostos de Authier-Revuz, a língua possui ordem própria, assim não é considerada limitada na materialidade do texto, pois é constituída pelos atravessamentos entre sujeitos e sentidos no discurso, em meio à diversidade de formações discursivas e pontos de vista. Ademais, é inerente ao conceito de heterogeneidade o sentido e a palavra, como ferramentas intrínsecas, pois um sustenta o outro.

Segundo Authier-Revuz, é “no fio do discurso que, real e materialmente, um locutor único produz, certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, o outro” (2004, p. 12). Nesse sentido, ao analisarmos o conceito de heterogeneidade de Authier-Revuz (2004), compreendemos que este fenômeno se apresenta no discurso relatado mediante as formas sintáticas do discurso direto e indireto e institui, assim, um outro ato de enunciação no plano da frase, o interdiscurso. Por conseguinte, a autora detalha o comportamento do locutor nos dois tipos de discurso, como notamos na citação a seguir:

No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do “sentido” dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou espaço – claramente recortado da citação da frase; o locutor se apresenta como simples “porta-voz”. Sob essas duas diferentes modalidades, o locutor *dá lugar* explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12).

A partir desses pressupostos, Authier-Revuz (2004) parte de dois princípios para apresentar as formas de heterogeneidade, descritas como: mostrada e constitutiva. A heterogeneidade mostrada, segundo a estudiosa, divide-se em duas formas: marcada e não-marcada. Nas formas marcadas da conotação autonímica, “o locutor faz uso de palavras inscritas no fio discurso e, ao mesmo tempo, ele as mostra” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13). Nesta, o locutor se apresenta como “porta-voz” de um discurso já produzido e linguisticamente mostra essa marcação na superfície do discurso por citações – aspas, glosas, itálico etc. – estabelecendo assim, por meio de um relato, um *estatuto* outro.

Desse modo, esses fenômenos marcados, além de se apresentarem na materialidade do texto por meio da conotação autonímica, também se apresentam por meio dos dêiticos e da reformulação para evidenciar a presença do Outro e alteridade no discurso.

No que diz respeito à heterogeneidade mostrada não-marcada, o heterogêneo encontra-se nos discursos indiretos livres, na ironia, na antífrase, na imitação etc. – pela presença implícita de outros sujeitos. Nestes casos, a presença do outro não é linguisticamente explícita, e “só é dada a reconhecer, a interpretar, a partir de índices recuperáveis no discurso em função do seu exterior” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18). De onde há interferência de outras vozes e usa-se um outro dito para manifestar sentido, sem que este outro apareça na materialidade linguística.

A autora considera que a heterogeneidade mostrada é uma forma de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva, pois, enquanto a heterogeneidade mostrada dá ao outro espaço linguisticamente descritível no discurso, a heterogeneidade constitutiva não depende de uma abordagem linguística, dado que se trata do processo de constituição de um discurso, inconscientemente.

Para a melhor compreensão dessa segunda modalidade de heterogeneidade, a constitutiva, cabe ressaltar que ela pertence ao extralinguístico, isto é, ela não é marcada na materialidade aparente do discurso, como se manifesta na mostrada. Ao contrário, ela materializa-se no interior do discurso, e constata a presença do outro em todos os discursos, constituindo o sentido. Nesse sentido, Authier-Revuz se ancora em *duas abordagens não linguísticas da heterogeneidade constitutiva da fala e do discurso: o dialogismo de Bakhtin e a psicanálise freudo-laciana* (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 22).

A autora, apoiando-se em Bakhtin, fundamenta essa forma de heterogeneidade no princípio do dialogismo, pois os constituintes da interação verbal – *a linguagem, a língua, o discurso, o sujeito falante* – não significam para o autor um mero objeto, mas funcionam de forma precisa para compreensão como objeto, levando em conta, “efetivamente, esses pontos de vista exteriores e os deslocamentos que eles operam em seu próprio campo” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 22).

Segundo Teixeira (2005), Authier-Revuz busca elucidar a abordagem do dialogismo de Bakhtin e, para isso, parte de duas concepções: uma articulada com o diálogo entre interlocutores; a outra, com o diálogo entre discursos; descritas pela estudiosa como “interação e discursividade” (AUTHIER-REVUZ, 1982, apud TEIXEIRA, 2005, p. 140).

Sintetizando a primeira concepção, o diálogo entre interlocutores diz respeito à forma composicional externa do discurso e não diz respeito à interação face a face, como é

posta pela linguística e pela filosofia da linguagem (TEIXEIRA, 2005, p. 147). Vale aqui ressaltar dessa concepção que, em todo discurso, há outras vozes: “[...] o discurso não é nunca individual, pois em cada enunciado, em cada palavra ressoam duas vozes: a do eu e a do outro.” (TEIXEIRA, 2005, p.147) Assim, de forma semelhante, Bakhtin afirma: “[...] as palavras são sempre e inevitavelmente as palavras dos outros” (BAKHTIN, 1993, p. 88 apud TEIXEIRA, 2005, p. 147). Nesse sentido, Teixeira considera que parte disso a intersubjetividade da constituição da linguagem como *princípio que problematiza o estatuto do sujeito do discurso* (2005, p. 147).

Nessa sequência, as categorias analíticas de Referenciação e de Estruturação Sintática são encontradas na heterogeneidade constitutiva, por não incluir marcas diretas de enunciação quando evidencia o outro extra linguisticamente.

Conforme Teixeira (2005), a segunda concepção de dialogismo, para Authier-Revuz, se concentra no *diálogo entre discursos*. Assim, apoiando-se em Bakhtin, Teixeira considera que a linguagem é saturada, pois “o discurso não se constrói a não ser pelo atravessamento de uma variedade de discursos” (TEIXEIRA, 2005, p.147). Trata-se de palavras *carregadas, ocupadas, habitadas, atravessadas* por outros discursos, de sorte que os discursos sempre são influenciados por outros discursos e orientados para o *já-dito e conhecido* (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 36).

Por conseguinte, Teixeira ainda salienta, sob os pressupostos de Bakhtin, que “todo discurso está também imediata e diretamente determinado pela resposta antecipada” (TEIXEIRA, 2005, p.148). Assim, a constituição do discurso na plataforma do *já-dito* se inclina tanto para a interdiscursividade quanto para o *discurso-resposta que ainda não foi dito, mas foi solicitado a surgir, sendo já esperado* (BAKHTIN, 1993 apud TEIXEIRA, 2005, p. 148).

Segundo Teixeira, no que se refere ao fato de que a comunicação é intrínseca a noção de diálogo, é rejeitada a ideia de um psiquismo individual como origem do sentido (2005, p.149). Nesse sentido, a constituição do sujeito é articulada num jogo de flexibilidade comunicativa por meio da relação com o outro, “a partir de um dado lugar socioideológico, e através de um material semiótico comum” (MARTINS, 1990, p. 26 apud TEIXEIRA, 2005, p. 149).

A psicanálise Freud-Lacanian, apoiada sobre as teorias de Saussure, é outra exterioridade que compõe a heterogeneidade constitutiva do discurso, delimita-se em torno de dois eixos: *a palavra heterogênea* e *o sujeito dividido* (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 48). A

reflexão da autora se articula nestes dois eixos, nos fenômenos que se manifestam inconscientemente e irrompem o cotidiano, que, por meio da palavra, fazem-se as reformulações. Assim, Authier-Revuz infere que estes fenômenos apresentam-se como “atos falhos”, os “esquecimentos, perdas, hesitações, lapsos de fala, de escuta, de escrita, de leitura etc.” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 49).

Em consonância, Teixeira, sob os pressupostos de Authier-Revuz, comenta que essas falhas são “geralmente atribuídas ao acaso, estabelecem rupturas no discurso, levando o falante a interromper o fluxo ‘normal’ da conversa para pedir desculpas, tentar reformular, apagar ou diluir seus efeitos” (TEIXEIRA, 2005, p. 150). Ademais, a autora enfatiza a importância desses fenômenos por inscreverem o outro no fio discursivo, mesmo sem intenção.

(...) o fato de eles mostrarem que sempre nas palavras outras ‘palavras’ são ditas e – eis o ponto nodal para Authier-Revuz – é a estrutura material da língua que permite a escuta dessas ressonâncias não intencionais que rompem a suposta homogeneidade do discurso. A linguagem é duplicada numa outra cena pela própria linguagem e isso se deixa surpreender na linearidade, através de rupturas, choques, desvios. O discurso não se reduz a um dizer explícito; ele traz em si mesmo o peso de um Outro, que ignoramos ou recusamos, cuja presença permanente emerge sob a forma da falha (TEIXEIRA, 2005, p. 150).

Os dois exteriores – o dialogismo de Bakhtin e a psicanálise de Freud sob a leitura de Lacan – apresentam o discurso enquanto o discurso veiculado por outros discursos, como na heterogeneidade mostrada. Assim, por uma se mostrar na materialidade do texto, enquanto a outra na sua constituição, “o contato entre elas não se faz por uma relação linear de um plano ao outro” elas se articulam, pois não são realidades independentes (TEIXEIRA, 2005, p. 152). Desse modo, a autora infere que “ao mesmo tempo em que a heterogeneidade mostrada aponta para o caráter heterogêneo de toda enunciação, ela o nega, preservando assim o *fantasma da coincidência do um*, necessário para que um discurso possa ser produzido” (TEIXEIRA, 2005, p. 153).

3. Percurso de pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino superior pública federal, situada no interior do Estado do Pará, a cidade e o nome desta instituição não serão apresentados por questões de sigilo. A escolha da instituição deu-se pelo fato de ela ter em seu setor o cargo mais elevado – a direção do campus – ocupado por uma mulher. Pois,

Gênero e feminismo no discurso de professoras universitárias

considerando que, a representação da mulher em cargos de altos níveis que impliquem poder, é rara, podemos então observar um avanço significativo.

A instituição que serviu de *lócus* para a presente pesquisa atende cinco cursos, dentre eles, Engenharia Agrícola, Ciências Contábeis, Administração, Biologia e Letras/Português. O quadro de docentes, incluindo homens e mulheres, dispõe um total de 11 professores no curso de Eng. Agrícola, 9 no curso de Ciências Contábeis, 9 no curso de Administração, 8 no curso de Biologia e 8 professores no curso de Letras.

O objeto de estudo são os discursos sobre gênero e feminismo na Universidade e os sujeitos da pesquisa são mulheres que atuam na docência nos cursos de Administração, de Ciências Contábeis e de Letras. A escolha dos cursos se deu pelo fato de que, na maioria dos cursos, a presença masculina é eminentemente majoritária. Vale dizer que, no quadro de docentes, o curso de Administração é composto por cinco mulheres; o curso de Ciências Contábeis dispõe de seis mulheres; e o curso de Letras compõe o quadro com quatro mulheres.

A pesquisa obteve retorno de cinco professoras: duas atuam no curso de Letras; duas no curso de Administração e uma que atua nos cursos de Administração e de Ciências Contábeis; que, de maneira colaborativa, responderam ao questionário. Em relação ao tempo de atuação destas docentes, as professoras têm de onze meses a dois anos de atuação no magistério superior.

Para identificá-las no estudo, montamos o seguinte esquema, a partir das questões 1:

Quadro 1: apresentação das informantes

Informante A	Atua como docente no curso de Administração e é mestra em Engenharia de Produção.
Informante B	Atua como docente no curso de Administração e é doutora em Administração
Informante C	Atua como docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis e é doutora em Desenvolvimento Rural.
Informante D	Atua como docente no curso de Letras e é mestra em Comunicação e Linguagens.
Informante E	Atua como docente no curso de Letras e é mestra em Letras.

Fonte: produzido pelas autoras

Nossa pesquisa é de caráter qualitativo e, para a coleta de dados, constituímos um questionário com sete questões. A fim de angariar dados, a proposta do questionário é

fazer a informante refletir sobre a condição da mulher na sociedade, discutir e instigar a profissional a dialogar sobre a sua condição no ambiente de trabalho. Para tanto, as perguntas utilizadas para o levantamento de enunciados são:

- (a) Qual sua área de atuação na Universidade e titulação superior?
- (b) Há quanto tempo você atua nesta Universidade?
- (c) Na área em que você atua, existe alguma discussão teórica sobre o feminismo? Você considera importante esta perspectiva? Por qual razão?
- (d) Em sua concepção, as mulheres já dispõem de uma condição de igualdade de gênero na Universidade? Por quê?
- (e) De acordo com sua experiência, os homens se sentem incomodados ao ocuparem na Universidade uma posição hierarquicamente inferior a uma mulher? Como você se posiciona diante desse fato?
- (f) Você considera que já foi vítima de algum tipo de discriminação, assédio ou algum tipo de exclusão social por ser mulher ao longo da trajetória acadêmica? Na sua percepção, o que leva à prática de tais casos na universidade?
- (g) O que consideraria essencial, caso fosse orientar algum trabalho de pesquisa na Universidade, cuja perspectiva abordasse o feminismo?

As duas primeiras perguntas são de contextualização para identificar área de atuação e tempo de ação na Universidade. As demais versavam sobre a relação feminismo e ambiente acadêmico de trabalho. Nossa proposta analítica foi analisar, nas respostas a esses questionários, as marcas linguísticas presentes nos discursos que remetam a outros discursos provenientes de um lugar ideológico, perpassando a heterogeneidade discursiva.

Elegemos a heterogeneidade discursiva para compor a análise e, assim, investigar as possíveis manifestações no fio do discurso que indiquem um sujeito heterogêneo sobre o tema feminismo, bem como identificar alteridade nos enunciados e movimentos de distanciamentos.

Para tanto, analisamos algumas categorias:

1 - Formas de referência aos sujeitos: sem meandres teóricos sobre a referência, a categoria aqui está relacionada aos modos de construção dos objetos-de-discurso no evento discursivo com base nos propósitos discursivos, vivências, posições ideológicas, lugares sociais dos atores sociais (Koch, 2005).

2 - Dêiticos: marcas do processo enunciativo ligadas ao centro da enunciação *eu-aqui- agora*, ou seja, estabelecimento de autoria, lugar e tempo de enunciação.

3 – Uso de aspas: recurso que marca na textualização a marcação de uso baseado em hibridismo discursivo, ou seja, uso de palavras ou expressão com base em relativização de sentido a partir de discursos outros.

4 - Estrutura sintática: modos de organização das estruturas oracionais motivadas pelos sentidos pretendidos.

5 – Reformulação: Formas de dizer de outro modo o já dito.

Em termo de organização da análise, elegemos 5 (cinco) trechos, que aparecem assim identificados: Em primeira instância, a transcrição da resposta da informante; em seguida, a informante e a questão a que corresponde o trecho.

4. Feminismo e discurso de mulheres docentes no espaço universitárioⁱ

No primeiro trecho que analisamos, a estruturação sintática se mostrou relevante para vislumbrar as nuances discursivas que perpassam os dizeres dessas mulheres docentes sobre a condição feminina.

[...] pois apesar das mulheres terem feito grandes conquistas, esta ainda é vítima de diversas formas de violência. Daí a importância de colocar a mulher em igualdade com o gênero masculino”. (**Informante E**, questão 3: Na área em que você atua, existe alguma discussão teórica sobre o feminismo? Você considera importante esta perspectiva? Por qual razão?)

O uso da locução prepositiva apesar indicia que a mulher já ocupa um espaço na sociedade, mas que, mesmo havendo determinados avanços, ela continua vista como “inferior”. Percebe-se assim, nesse trecho o interdiscurso, mantendo diálogo com Amâncio, quando afirma que, “A realidade actual indica [...] que a mudança estrutural representada pela entrada das mulheres de diferentes classes sociais nos diversos sectores do mundo do trabalho, não é suficiente para alterar a função da mulher [...]” (AMANCIO, 1989, p. 33 apud NOGUEIRA, 2006, p. 57).

Já no trecho a seguir, o recurso se dá a partir da conotação autonímica, em que o uso das aspas é significativo para a percepção da intenção discursiva que perpassa o uso das palavras e sintagmas delimitados pelas aspas.

Sim se sentem, porém nas relações hierárquicas “há” uma necessidade de se manter “certo respeito”, as que estão em nível hierárquico superior. Porém as “críticas” sempre acontecem, e são geralmente misóginas, sexistas. O silenciamento nessas relações de poder é muito comum. (Informante C, questão 5: De acordo com sua experiência, os homens se sentem incomodados ao ocuparem na Universidade uma posição hierarquicamente inferior a uma mulher? Como você se posiciona diante desse fato?)

Observamos no enunciado que a informante utiliza aspas em **há** para dar ênfase ao verbo não como ‘existir’, mas como ‘é obrigado a existir’ por força da relação. Além disso, o uso das aspas, que trazem as marcas da conotação autonímica, se apresenta nos termos **certo respeito** e **críticas**. Considerando que a língua é plurissignificativa, estes elementos se distanciam do seu sentido contido na materialidade do texto e evoca outros discursos. Desse modo, no contexto do enunciado, o termo “**certo respeito**” se refere a uma caracterização atípica do **respeito** a quem ocupa um cargo hierarquicamente superior a homens como, por exemplo, ‘temor’. E o sentido de “**críticas**” não se refere a uma crítica relacionada ao fazer profissional dessas mulheres baseado na habilidade, mas sim no que se considera que a mulher tenha competência para fazer por ser mulher. Outrossim, essa fala evidencia ainda, em linhas gerais, a resistência contra o reconhecimento da história e trajetória da mulher no discurso hegemônico.

No excerto a seguir, observamos uma outra função relacionada ao uso das aspas. Ao responder a questão 6, a informante C faz uso de aspas no termo **ocupação**, instaurando o Outro no fio discursivo:

Sim, muitas vezes. O que leva em geral são as dificuldades que os homens têm de entender esse processo histórico de “ocupação” de espaços privilegiados na sociedade, de abrir diálogo sobre, inclusive é bastante comum, ainda, que os homens se ausentem das discussões sobre privilégios, patriarcado, feminismo, etc. (Informante C, questão 6: Você considera que já foi vítima de algum tipo de discriminação, assédio ou algum tipo de exclusão social por ser mulher ao longo da trajetória acadêmica? Na sua percepção, o que leva à prática de tais casos na universidade?)

Neste caso, entende-se que os homens não conseguem compreender o lugar que a mulher ocupa na história, o processo de silenciamento, pois não se envolvem em discussões sobre feminismo. Dado que o termo pode ser aproximado de ‘invasão’, ‘tomada de lugar’, a

enunciadora parece se distanciar dessas conotações, deixando entrever o discurso feminista de conquista de direitos e não tomada de posições antes, histórica e ideologicamente, atribuídas aos homens.

Outra marca discursiva importante, é a reformulação, encontrada no trecho a seguir:

Acredito que em um primeiro momento é naturalizado o estranhamento (incômodo) com esta situação. No entanto, é um processo subjetivo, possível de percepção em avaliações institucionais e nas relações interpessoais. Para isto, busca-se atenuar impressões indesejadas com esforços no cotidiano em relação à atividades, trabalhos e maiores diálogos. (**Informante B**, questão 5: De acordo com sua experiência, os homens se sentem incomodados ao ocuparem na Universidade uma posição hierarquicamente inferior a uma mulher? Como você se posiciona diante desse fato)

Na construção do enunciado, a **informante B** ressalta que existe uma naturalização das relações sociais sob a égide da ideologia patriarcal e machista, apresenta uma reformulação metaenunciativa, na qual um discurso é reformulado dentro do próprio discurso. Este é apresentado por uma reorientação de leitura, ao usar o termo **incômodo** em detrimento do termo **estranhamento**, que se refere ao desempenho de uma função considerada hierarquicamente inferior a uma mulher. Assim, constitui-se uma heterogeneidade mostrada, pois um Outro é inscrito no fio discursivo. Considera-se aqui que o termo **estranhamento** remete à ideia de que a situação não é comum ou natural e, quando reorientada por incômodo, vê-se inscrever o descontentamento do homem em relação aos lugares sociais atribuídos às mulheres por eles.

A mesma estratégia é observada no excerto a seguir:

Sim, as práticas são naturalizadas em todos os ambientes organizacionais como reflexo das relações sociais (ou melhor, dos problemas sociais). (**Informante B**, questão 6: Você considera que já foi vítima de algum tipo de discriminação, assédio ou algum tipo de exclusão social por ser mulher ao longo da trajetória acadêmica? Na sua percepção, o que leva à prática de tais casos na universidade?)

Neste enunciado, a informante inscreve um interdiscurso, por meio da justaposição **ou melhor** para retificá-lo. Assim, quando comenta que as práticas são naturalizadas (quer dizer, configuradas como discursos hegemônicos, ou seja, discursos já presentes na sociedade) em todos os ambientes organizacionais, o termo relações sociais é reformulado, daí é apresentado como problemas sociais.

A partir do uso do dêitico “eu”, a entrevista instaura a sua subjetividade e assume para si e de si a impossibilidade de opinar:

Eu não [tenho] como opinar sobre isso, pois nunca ouvi comentários sobre isso. (**Informante A**, questão 5: De acordo com sua experiência, os homens se sentem incomodados ao ocuparem na Universidade uma posição hierarquicamente inferior a uma mulher? Como você se posiciona diante desse fato?)

A enunciativa instaura a enunciação e não se posiciona diante da questão sobre o comportamento do homem: “**Eu** não [tenho] como opinar sobre **isso**, nunca ouvi comentários sobre **isso**”. Percebe-se aqui um distanciamento e silenciamento da informante sobre o caso, quando ela utiliza o dêitico pessoal **Eu**, para se inserir no enunciado e, por conseguinte, ao utilizar o dêitico espacial **isso** para se reportar ao fato. O uso do dêitico indefinido parece indicar certo distanciamento da enunciativa em relação ao tema abordado como um assunto que não devesse ser tratado em contextos institucionais.

No excerto a seguir, ao citar **mulheres**, a informante opta por um tipo de referência que não inclui marcas diretas do seu lugar de fala como mulher:

Sim, pois as mulheres tem conquistado seu espaço dentro da universidade, tanto alunas como funcionárias. As mulheres têm ocupado cargos de liderança, como por exemplo, chefe de colegiado, de grupos de pesquisas, entre outros. Tais cargos historicamente seriam ocupados pelos homens. (**Informante E**, questão 4: Em sua concepção, as mulheres já dispõem de uma condição de igualdade de gênero na Universidade? Por quê?)

Ou seja, embora seja um enunciado emitido por uma mulher, não se deixa entrever a subjetividade a partir de marcas de um ‘nós’ inclusivo, o que parece indicar um certo distanciamento desse dizer seja por tentar dar aparente neutralidade ao tema seja por não se ver representada no seu próprio dizer, portanto, não se identificando com a posição assumida.

Considerando as estratégias linguísticas acionadas pelas entrevistas, é possível considerar que tratar do feminismo, mesmo para mulheres que implementam batalhas na conquista de um lugar de reconhecimento em espaços públicos e formais de contextos de trabalho, ainda se constitui uma tarefa árdua e cheia de reservas. De modo que se faz, ainda

necessário, um trabalho de conscientização sobre a importância da ocupação desses espaços e dos lugares de destaque nesses espaços.

1. Considerações finais

Neste artigo, buscamos estudar a Universidade como um espaço do qual emanam diversas (e, por vezes, contraditórias) formações discursivas e ideológicas que refletem nas relações de dominação de variadas ordens. Entre essas relações, escolhemos estudar a problemática de gênero e feminismo, partindo do pressuposto de que, longe de constituir um lugar neutro politicamente, esta reproduz também posicionamentos contrários, inerentes a cada formação histórica particular.

Assim, constatamos ao longo deste trabalho que a Universidade, sendo um lugar enunciativo permeado de contradições, apresenta um conjunto de discursos sobre várias esferas sociais e, desse modo, o discurso sobre gênero e feminismo também compõe esse espaço. E, pela Universidade ser lugar de construção e aprimoramento de conhecimento, uma instituição social que possui o papel de estabelecer igualdade, nosso objeto de estudo foram os discursos de professoras universitárias. Para tanto, fizemos nossa análise do corpus de entrevistas aplicadas as docentes a respeito do tema gênero e feminismo.

Com efeito, a análise nos mostrou algumas características de como as relações de gênero aparecem no posicionamento das informantes, que atuam no campo universitário. Pela análise de determinadas estratégias textuais e discursivas empregadas por elas, podemos entrever como seus posicionamentos ideológicos são produzidos.

Assim, constatamos que o uso de determinados recursos linguísticos (dêitico, reformulação, referenciação não inclusiva) nas respostas da informante A, Informante B e da Informante E, por exemplo, concorrem para produzir um posicionamento caracterizado pela não identificação com os problemas ligados à dominação e preconceito de gênero.

Por outro lado, verificamos que, pelo emprego de termos, a enunciação instaura o outro em seu discurso. Foi o caso da informante C que, ao usar o substantivo **ocupação** para se referir à possível crescente participação das mulheres nas atividades sociais e produtivas, instaura um posicionamento ligado ao discurso feminista enquanto conquista de direitos e enquanto ‘tomada de posições’ ou ‘invasão’ em relação a seu outro (o homem).

Em perspectiva, é possível identificar nesses discursos, seguindo Telles (1993), que, se essas professoras ignoram o feminismo, então, não se contrapõem a sua própria

opressão e, assim, fazendo, colaboram com sua inferiorização. Não há inquietações sobre as relações de poder instauradas naquele espaço, e mais, há silenciamentos que reforçam essas relações.

Em se tratando de professoras universitárias cuja formação deveria espelhar um alto nível crítico sobre questões sociais, conforme Lima (2017), já que são mestras e doutoras, é possível dizer que tal formação nem sempre proporciona às mulheres habilidades para o reconhecimento das injustiças históricas e das desigualdades de gênero que vivenciam. Assim, mesmo que, para Nogueira (2006), a mulher tenha conquistado acesso à educação e sua consequente inserção ao trabalho e à cultura, ainda há invisibilidade e, para além disso, há subordinação (VAN DIJK, 2008).

Para Bakhtin (1993) apud TEIXEIRA (2005), dialogicamente, em todo discurso há outras vozes, de forma que o não dito também se constitui, então, no interior do discurso. As relações de poder patriarcais se materializam nos discursos das professoras, controlando-as e subjugando-as. Há aqui, segundo Van Dijk (2008), o abuso de poder patriarcal, na medida em que viola os direitos civis destas mulheres e contribui, para Scott (1995), com a permanência da organização sócio-histórica desigual entre os gêneros, com desvantagens claras subjetivas para elas.

A dominação masculina se concretizou nesses discursos como um não dito, conforme prevê Bourdieu (2012), a partir de processos de naturalização do que é uma construção histórica e do que é culturalmente arbitrário, contribuindo para a manutenção de ideologias de dominação por meio da lógica da invisibilização das desigualdades de gênero. Como vimos nos discursos, essa invisibilização se dá no e pelo discurso, por meio dos usos e não usos de determinados recursos linguísticos.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 77-81

LIMA, J. B. Q. **O poder masculino na esfera da universidade pública**. Andes-sn, julho de 2017.

MAGALHÃES, Célia M. (org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte, vol. 2, 2001.

NOGUEIRA, M. C. O. C. **Os discursos das mulheres em posições de poder**. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2006, vol. 9, n. 2, pp. 57-72.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71- 99.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TEXEIRA, Marlene. **Análise de discurso e psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

Nota

¹ Todos os grifos nos excertos analisados são das pesquisadoras.

Sobre as autoras

Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professora de Linguística na Faculdade de Ciências da Linguagem - UFPA - Campus de Abaetetuba e docente no Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades (PPGCITI).

E-mail: ronogueiraufpa@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0429-9700>

Aline Matos Rodrigues

Graduada em Letras - habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade federal do Pará.

E-mail: alinematos18@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0760-8049>

Recebido em: 30/12/2019

Aceito para publicação em: 26/02/2020